

TRABALHO E RECREAÇÃO: UMA VISÃO PANORÂMICA DOS FUNDAMENTOS, DA ORGANIZAÇÃO E DAS REALIZAÇÕES DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA (1943 – 1945)

Prof.^a Angela Brêtas
labretass@hotmail.com

Professora da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do Grupo de Pesquisa ANIMA/UFRJ. Doutorado em Educação, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma breve análise de três dos dez itens que compõem a publicação “*Trabalho e Recreação: fundamentos, organização e realizações do Serviço de Recreação Operária (SRO)*”. Este documento foi elaborado com base no relatório sobre os primeiros dezoito meses de atividade do Serviço e, segundo seu autor, entregue ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Alexandre Marcondes Filho em março de 1946. Compreende as atividades desenvolvidas de 23 de maio de 1944 até 31 de dezembro de 1945 e foi redigido por Arnaldo Lopes Sússekind, um de seus idealizadores e seu primeiro presidente. Neste documento encontramos justificativas teóricas e informações sobre as ações desenvolvidas e, além disso, é possível perceber o esforço do Órgão de conformar sua atuação ao que era divulgado com relação ao projeto político do Estado Novo.

Palavras-chaves: Estado Novo, Serviço de Recreação Operária, fundamentos, atividades desenvolvidas.

Summary

This article intends to present a brief analysis of two from the ten items that make up the publication “*Work and Recreation: Fundamentals, Organization and Actions of the Worker’s Recreation Service (WRS)*”. This document is based on the report of the first eighteen months of activity of the Service and, according to the author, delivered to the Minister of Labor, Industry and Commerce Alexandre Marcondes Filho in March of 1946. It considers the activities developed from the 23rd of May 1944 till the 31st of December 1945 and was written by Lopes Sussekind, one of its inventors and first president. In this

document we find theoretical justifications and information regarding the actions that were developed and, also, it is possible to notice the effort from the Office to act according to what was being publicized regarding the political project of the New State.

Keywords: New State, Factory Worker's Recreational Services, fundamentals, actions.

Uma das áreas de pesquisa que tem se desenvolvido sensivelmente nos últimos anos é aquela relacionada aos estudos do lazer e da recreação. Muito se tem produzido e diversas são as perspectivas teóricas que embasam as discussões, como resultado, variadas são as possibilidades de entendimento acerca da atuação nos momentos de lazer.

A cidade do Rio de Janeiro tem sido palco de inúmeras intervenções no campo do lazer, muitas delas visando atingir crianças pobres, consideradas excluídas. Projetos de cunho assistenciais e compensatórios, fundamentados em perspectivas funcionalistas, salvacionistas e moralistas são continuamente criados e têm grande apelo junto à sociedade. Os professores de Educação Física têm participado ativamente destes empreendimentos, na medida em que o discurso corrente trata as atividades da cultura corporal e do esporte como uma espécie de 'vacina de prevenção da marginalidade'.

Em nossa visão todos têm o direito de acesso a conhecimentos que foram historicamente construídos, inclusive aqueles referidos ao que chamamos de cultura corporal. Por isso, não pretendemos assumir uma postura crítica rígida em relação a tais projetos, nosso objetivo é discutir seus limites e contradições de modo a colaborar para uma maior compreensão acerca deste fenômeno. Neste sentido, não cremos que as crianças/jovens a quem são destinados possam ser considerados como elementos passivos neste processo, pois temos, ainda, a chance de pensar que estes jovens 'excluídos' criam e pertencem a outros espaços, isto é, estão 'incluídos' em espaços próprios cujas características e universo cultural – músicas, jeito de falar, modo de vestir etc. são, em grande parte, apropriadas por aqueles que vivem em ambientes de classe média/alta.

Nosso entendimento é de que há uma expressiva interação entre os modos de vida considerados moral, social e culturalmente aceitáveis, baseados nos valores das classes dominantes e os estilos de vida dos jovens moradores de favelas e da periferia das grandes cidades, calcado num cotidiano considerado, por várias razões, inadequado.

Bakhtin² ao discutir os elementos da cultura cômica popular medieval que estão presentes nas obras de Rabelais, Shakespeare e Cervantes, ensina sobre a impossibilidade de se demarcar rígidos limites para as manifestações culturais consideradas, isoladamente, como eruditas e populares. Esta interação marca uma

circularidade cultural que rompe com a visão de que se pode isolar manifestações e/ou modos de vida de um dado grupo social. As idéias circulam, interagem e fecundam-se gerando novas idéias, nas quais é possível observar os aspectos originários e as inúmeras vias que indicam novas misturas e novas mudanças.

Com base neste debate e a partir do interesse específico em compreender limites e contradições de projetos de intervenção de lazer destinados a jovens/crianças de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro, decidimos investigar uma experiência institucional desenvolvida nos anos 1940 na mesma cidade, à época Distrito Federal. Esta iniciativa destinada a organizar o lazer dos trabalhadores e de suas famílias tinha o objetivo de “*coordenar os meios de recreação da classe operária, prestando aos sindicatos assistência e colaboração*”³. Este órgão, denominado Serviço de Recreação Operária (SRO), foi criado em 1943, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), durante a gestão de Alexandre Marcondes Filho.

Apesar da presença da perspectiva de controle e manipulação, da forte marca da ideologia que se instaurou no período pós-30 e se consolidou após o golpe de 1937 e das conseqüências desses aspectos sobre suas ações cotidianas, é possível destacar que as atividades desenvolvidas pelo SRO apresentavam possibilidades de ampliação do universo cultural de seus usuários. Sua análise mostra que poderiam ser interessantes, do ponto de vista da viabilização do acesso de uma dada camada da população a um conjunto de experiências ou de linguagens culturais socialmente mais valorizadas. Além disso, seus ideólogos as consideravam educativas do ponto de vista da formação de um novo homem, necessário para o progresso do país. Nesse sentido, é importante ressaltar que os projetos com características assistenciais-compensatórias, anteriormente comentados, não são iniciativas pioneiras na cidade do Rio de Janeiro no que diz respeito aos usos do tempo de lazer e, muito menos se constituem em avanços em relação ao SRO, no que se refere à multiplicidade das experiências oferecidas e vivenciadas.

Apresentando aos trabalhadores sindicalizados e suas famílias o acesso a atividades culturais diferenciadas tais como música, literatura, teatro, cinema, dança, excursões e esportes, o Serviço de Recreação Operária lhes possibilitava o acesso a conhecimentos que, de certo modo, poderiam lhes dar novas chances de melhor compreender o mundo. Esta aparente contradição nos estimula a investigar suas peculiaridades, seus objetivos e sua metodologia de ação.

Nossa decisão de investigar o Serviço também se deve à preocupação de colaborar com a ampliação do conhecimento relativo à história da Educação Física e do Lazer no Brasil. Este órgão já foi um dos alvos de uma pesquisa desenvolvida por Werneck⁴ que teve por intenção compreender as “*trajetórias per-*

*corridas pela recreação e pelo lazer no Brasil, focalizando os significados incorporados, por ambos, na primeira metade do séc. XX”*⁵. Em nosso trabalho, com outros objetivos, marcamos mais fortemente quais foram as condições políticas, econômicas, culturais e sociais do período, entendendo-as como fundamentais na criação do Serviço, isto é, para nós, há um embate de forças, que, neste caso específico, gera o SRO.

Com Vargas assumindo o poder à frente do Governo Provisório em 1930, inicia-se o processo de mudança na relação que o Estado mantém com o capital e o trabalho que marcará profundamente a sociedade brasileira. Em nosso entendimento, a criação do SRO no final do Estado Novo, responde a certas exigências que começaram a ser estabelecidas há tempos e se insere num rol de medidas necessárias para a manutenção do pacto social⁶. Importa perceber que este Órgão possuía intenções bem definidas e atuou no sentido de atingi-las e, que mesmo tendo uma atividade mais intensa num curto período, teve longa vida⁷.

Apesar de reconhecermos as dimensões de repressão e de manipulação do Estado Novo, não será nelas que pautaremos a análise da relação estabelecida entre os trabalhadores e Vargas, mais especificamente, entre os operários sindicalizados, as intenções e ações do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao criar o SRO. Consideramos que tais dimensões são fundamentais como elementos presentes na investigação, mas não são determinantes do fenômeno estudado. Se nos detivermos nestes modelos explicativos, correremos o risco de perder de vista as estratégias de apropriação dos trabalhadores às iniciativas do Órgão, posto que não os compreendemos como objetos totalmente determinados pelas forças da ordem política que controla o chamado “Estado Novo”.

Trabalhamos com a hipótese que o SRO não foi criado e seu funcionamento não ocorreu em um vazio cultural. Sua estruturação nos setores cultural, esportivo e escotismo fornece algumas pistas sobre a própria escolha deste modelo de organização administrativa. Cremos que, apesar de seus objetivos, ligados ao controle e à tutela dos trabalhadores, o Serviço valendo-se de uma estratégia inteligente, partia daquilo que era vivenciado, admirado e fruído pela massa trabalhadora para chamar a atenção e atrair os operários para sua órbita.

Portanto, retomando nossa hipótese, o SRO, ao acenar com a possibilidade de os trabalhadores frequentarem teatros e cinemas, ou de terem a chance de participar de espetáculos teatrais, inclusive, como atores poderia estar ratificando a estratégia de negociação empregada para cooptá-los. Não obstante, como havia outros interesses em cena, há que se atentar para o fato de que o teatro e o cinema, mais especificamente, deveriam ser usados com intenções estabelecidas para além da simples diversão; afinal, poderiam ser utilizados como meio para a educação/formação de um novo homem, necessário para o

desenvolvimento do país. Por conseguinte, o conteúdo do que seria propagado deveria estar fortemente marcado pela ideologia que se pretendia difundir, o que efetivamente ocorria. Estava em jogo a conformação dos sujeitos a uma nova ordem, não somente moral, mas também e, principalmente, lúdica, pois deveria ser capaz de fazer com que os trabalhadores abandonassem velhos hábitos no que se referia à diversão.

Não que o alcance destas intenções estivesse garantido em sua própria formulação. Como nos informa Chartier⁸, há uma tensão entre os dispositivos discursivos e institucionais que em determinada sociedade visam ao disciplinamento de práticas e/ou ao modelamento de condutas e o modo como são recebidos por aqueles aos quais estão destinados. Conseqüentemente há que se duvidar da eficácia de muitas das estratégias utilizadas pelo Regime Vargas com o objetivo de realizar mudanças nos estilos de vida dos operários, pois, ainda segundo o autor, a relação de dominação nunca é simétrica.

O Serviço de Recreação Operária (SRO), ligado à Comissão Técnica de Orientação Sindical, tinha o intuito de difundir as atividades físicas e culturais entre os trabalhadores sindicalizados, colaborando com os sindicatos, prestando assistência técnica e facilitando os meios de recreação. Era superintendido por um Conselho Central⁹ formado por Arnaldo Lopes Süssekind e Evaristo de Moraes Filho, assistentes técnicos do gabinete de Marcondes Filho, e por Jelmirez Belo da Conceição, representante das entidades sindicais de empregados. As atividades desenvolvidas dividiam-se nos setores esportivo, cultural e escotismo. Era intenção que o SRO exercesse atividades em todo território nacional, entretanto, em sua fase inicial, o Órgão concentrou suas ações na cidade do Rio de Janeiro, à época Distrito Federal.

Creemos que o SRO foi criado numa determinada conjuntura política que é fundamental para sua compreensão. A ditadura do Estado Novo já dava sinais de exaustão, a oposição aumentava e a guerra trazia grandes e graves preocupações. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) havia sido anunciada por Vargas durante as comemorações do primeiro de maio de 1943 e, ao final deste mesmo ano, é criado o Serviço de Recreação Operária. O fato de este Órgão ter sido criado no mesmo ano em que foi promulgada a CLT não pode ser visto como mera coincidência.

Em nosso entendimento sua criação está relacionada a diversos fatores que formam um conjunto moldado sobre bases morais, éticas e pedagógicas que comporta muitos objetivos. Se, por um lado, estão os interesses materiais ligados à produção, por outro lado, estão os interesses que chamaremos de imateriais, ligados à fruição de diferentes atividades de lazer. O Serviço, para além dos benefícios concretos que possibilitaria, leia-se aumento da resistência física do

operário, aumento da produção e redução do número de acidentes de trabalho, pretendia abarcar os aspectos imateriais da política de proteção do trabalhador empreendida por Vargas.

Com uma legislação trabalhista considerada das mais avançadas, com todo um aparato estatal para fiscalizar sua aplicação, com todos os recursos sendo utilizados para tornar a Consolidação das Leis do Trabalho conhecida em todo o país, acreditamos que as condições materiais de amparo aos trabalhadores estavam asseguradas, ao menos, em tese. Se isso é real, sua cota extra de esforço necessária para a guerra precisa ser recompensada e é aí que se insere a criação do SRO. Parece-nos ser este mais um elemento nesta relação de trocas simbólicas entre o Estado e os trabalhadores¹⁰. É chegada a hora de cuidar dos aspectos imateriais da vida dos operários. Torna-se então, viável, neste momento, produzir políticas públicas voltadas para vivência de prazeres espirituais.

Sabemos que o Serviço poderia ser mais uma ferramenta de manipulação e de controle (e, talvez, fosse esse o grande objetivo), mas se nos detivermos apenas nesta perspectiva reduziremos a análise. Em primeiro lugar porque ninguém é absoluta e totalmente controlado, em segundo lugar porque, para que haja um mínimo de controle é necessário haver benefícios e consentimentos referentes ao outro elemento presente na relação. Se fosse apenas uma questão de controle do tempo de lazer poderiam ter sido tomadas outras medidas, mais coercitivas. Portanto, na criação do Serviço estão em jogo, não só estratégias de manipulação e de controle, mas fundamentalmente, uma estratégia de negociação, pois como assinala Foucault¹¹ o poder não deve ser apenas considerado por sua face repressiva.

De todo modo, cremos que os objetivos do Serviço de Recreação Operária são sete: auxiliar na diminuição do número de acidentes de trabalho; estimular a sindicalização; integrar o conjunto de realizações que possibilitam a concretização do discurso político da época acerca da preocupação do Estado com aspectos da vida do trabalhador, situados para além da proteção das leis trabalhistas e do amparo da previdência social; controlar e disciplinar o tempo livre do operário; formalizar uma experiência de educação não-formal do trabalhador; fortalecer física e espiritualmente o operário de modo a fazê-lo participar do esforço de guerra e elevar seu nível cultural.

Uma importante fonte sobre o SRO é uma publicação¹² elaborada com base no relatório sobre seus primeiros dezoito meses de atividade entregue ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, em março de 1946. Esta exposição compreende as atividades desenvolvidas pelo Serviço de 23 de maio de 1944 até 31 de dezembro de 1945 e foi redigida por Arnaldo Lopes Sússekind. Neste documento encontramos justificativas teóricas e infor-

mações sobre as ações desenvolvidas e, é possível perceber o esforço do Órgão de conformar sua atuação ao que era divulgado com relação ao projeto político do Estado Novo. Ao final Sússekind faz um sutil apelo à continuidade do trabalho solicitando, inclusive, o aumento das verbas destinadas para sua manutenção.

Antes de analisarmos o relatório convém fazermos alguns comentários sobre seu autor. O trabalho de Gomes, Pessanha e Morel¹³ constitui fonte excelente sobre a vida pessoal e profissional de Arnaldo Lopes Sússekind que nasceu no Rio de Janeiro em 9 de julho de 1917. Esta obra, fruto de cerca de quarenta horas de entrevista com Dr. Arnaldo, buscou “*recuperar a história de vida do depoente em suas diversas dimensões, pessoal, profissional, de âmbito público e político – tanto no Brasil, quanto no exterior*”¹⁴.

Interessante personagem da construção do Direito do Trabalho no país foi escriturário e assistente jurídico do Conselho Nacional do Trabalho. Integrou o grupo de procuradores da Justiça do Trabalho em 1941 e a Comissão que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) anunciada em 1943. Foi assessor do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Alexandre Marcondes Filho e participou da elaboração e da implantação do Serviço de Recreação Operária do qual foi o primeiro diretor. No segundo governo Vargas voltou a atuar como Procurador e, em 1961, foi nomeado Procurador Geral do Trabalho por Jânio Quadros. Durante o governo Juscelino Kubitschek atuou como diretor de Segurança Nacional do Ministério do Trabalho e foi Ministro do Trabalho e Previdência Social do governo Castelo Branco, no período compreendido entre 04/04/1964 e 07/12/1965. Também foi Ministro e Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, órgão no qual se aposentou. Além dessas atribuições produziu extensa bibliografia sobre o Direito do Trabalho, representou o Brasil em inúmeros eventos internacionais da área, e atuou na Organização Internacional do Trabalho.

O relatório elaborado por Sússekind é uma publicação de encadernação simples, com quarenta e sete páginas, vinte e oito fotografias que ilustram e complementam o texto, e está dividido nos dez itens seguintes: 1) História do trabalho humano; A mecanização do trabalho; A fadiga e suas conseqüências sociais; 2) O repouso obrigatório e o aproveitamento das horas de lazer do operário; 3) A instituição no Brasil do Serviço de Recreação Operária. Sua organização. Os Centros de Recreação e os sindicatos; 4) A elevação do nível intelectual do trabalhador; Realizações da Divisão Cultural do SRO; Alfabetização e Educação de Adultos; Bibliotecas; Cinema; Teatro; Música; Cêros e Discotecas; 5) A Educação Física e os desportos na sociedade contemporânea; Realizações da Divisão de Educação Física e Escotismo; O campeonato intersindical de futebol e outros torneios desportivos; Ginástica; A barraca de Ramos e os desportos de praias; Excursões de operários; Controle e assistência médica; 6) O escotismo como

educação extra-escolar; A Pedagogia escoteira; O escotismo e os regimes totalitários; Realizações do SRO no Setor de Escotismo; 7) Outras realizações do SRO: inquérito entre operários; Serviço de ampliação de som; A primeira exposição de atividades e as impressões do público; 8) O “Fundo Social Sindical” e o financiamento dos encargos do SRO; Orçamentos e balanços; A CTOS e o controle financeiro do SRO; 9) Planos do SRO para 1946; Necessidade de ser o SRO estendido aos Estados; 10) Agradecimentos e elogios.

Interessa-nos examinar cada um desses itens, pois apresentam informações sobre o funcionamento do SRO que são vistas como representações do modo como o Regime compreendia e atuava na esfera do tempo do não-trabalho, mesmo que de maneira experimental ou pouco abrangente no que diz respeito ao número de operários participantes. Entretanto, como neste espaço não será possível abordar todos eles, nos empenharemos na discussão dos três primeiros, quais sejam: 1) História do trabalho humano; A mecanização do trabalho; A fadiga e suas conseqüências sociais; 2) O repouso obrigatório e o aproveitamento das horas de lazer do operário; 3) A instituição no Brasil do Serviço de Recreação Operária. Sua organização. Os Centros de Recreação e os sindicatos.

A fim de analisarmos o alcance das iniciativas do Serviço e podermos ter mais indicações sobre o universo do qual fazia parte, cabe apreciar alguns aspectos presentes no período no que diz respeito à tentativa de controle dos sindicatos por parte do Estado. Em 1943 estava em vigor a lei sindical de 1939¹⁵, que com relação às entidades sindicais, afirmava em seu artigo 4º, que estas teriam as seguintes atribuições:

- a) colaborar com os poderes públicos no sentido do desenvolvimento da solidariedade das classes produtoras e da harmonização dos seus interesses; b) promover a fundação de cooperativas de consumo e de crédito; manter serviços de assistência judiciária para os associados; d) fundar e manter escolas, especialmente de aprendizagem, hospitais e outras instituições de assistência social; e) promover a conciliação prévia nos dissídios de trabalho. ¹⁶

Vianna¹⁷ afirma que esta lei colaborou com o esvaziamento dos sindicatos dos empregados e reduziu sua capacidade mobilizadora fazendo com que passassem a ter apenas funções de intermediação com o Estado, funções estas que não correspondiam a seus recursos orçamentários. Além disso, perderam sua aptidão de defender os interesses econômicos de seus associados, pois a instituição da Justiça do Trabalho, que também se deu em 1939¹⁸ converteu tais interesses em questões técnicas a serem tratadas por peritos. Uma das conseqüências foi a

redução do número de sócios dos sindicatos dos empregados e um acréscimo no número das entidades patronais bem como no número de seus associados, o que para Vianna é uma indicação da capacidade da estrutura corporativa de mobilizar este setor da economia. Para este autor tais informações expressam o fracasso da estrutura sindical oficial e do projeto de domínio político-ideológico dos trabalhadores, pois a quebra da ligação com os assalariados resultava na perda da possibilidade de se induzir a harmonia e a colaboração entre as classes. Havia, inclusive, o risco de que os trabalhadores criassem organizações paralelas, além do que os sindicatos vazios perdiam sua função de elos entre o Poder e os trabalhadores. É neste contexto que o Serviço de Recreação Operária é criado.

Passamos a apresentar e a examinar, ainda que de forma resumida, os três itens do primeiro relatório do SRO acima destacados.

1 HISTÓRIA DO TRABALHO HUMANO. A MECANIZAÇÃO DO TRABALHO. A FADIGA E SUAS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS.

Neste item Arnaldo Sússekind faz uma apresentação sobre o que denominou História do Trabalho, abordando, de uma maneira geral e esquemática, o trabalho na Antigüidade Romana, na Idade Média e no Feudalismo. Aponta a Revolução Francesa como um marco para as relações trabalhistas, por determinar a igualdade jurídica entre patrões e empregados e por proclamar a liberdade de trabalho, mas destaca que o advento da máquina colocou os trabalhadores em uma situação de opressão por parte dos patrões, cuja principal consequência é a fadiga decorrente das longas jornadas de trabalho. Segundo ele, a fadiga “*abalava o sistema nervoso do operário, embrutecendo-lhe o espírito e enfraquecendo-lhe o corpo*”, além do mais, trabalhadores não tinham direito ao “*gozo dos prazeres espirituais e materiais*” (fl.2).

Reconhece que foram as reivindicações dos trabalhadores que fizeram com que os governantes intervissem nas relações de trabalho e assegura que esta intervenção foi fundamental de modo a “*compensar a desigualdade econômica*” (fl.2).

Entretanto, para Sússekind, a ação do Estado não deve se resumir à satisfação dos interesses materiais do operário, leiam-se licenças, aposentadorias e pensões, por exemplo. Deve haver um cuidado com as “*horas de alheamento*” (fl. 3) de modo que o operário possa “*refazer o organismo debilitado através de atividades recreativas e, só assim, sentir a beleza e compreender a razão*” (fl. 3). Vemos que a perspectiva que orienta a preocupação com o tempo do não-trabalho é a da ‘recuperação da força de trabalho’, isto é, o empregado precisa descansar para poder estar pronto no dia seguinte para uma outra jornada.

Há um outro aspecto presente ligado à educação das sensibilidades, isto é, o tempo do não-trabalho era o tempo de se tornar mais sensível às coisas intangíveis, era o tempo de se deixar levar pela sedução estética, compreendida no sentido das emoções e dos sentimentos que suscitaria nos sujeitos. Nesta perspectiva, vejamos as palavras de Sússekind:

É sabido que, não obstante as exigências de repouso operário e de higiene e segurança do trabalho, a máquina impõe ao operário um emprego desproporcional entre a atividade muscular e a nervosa, daí advindo a fadiga, que o leva a procurar distrações com prazeres que lhe são monetariamente baratos. A excessiva divisão do trabalho e a mecanização dos respectivos serviços fazem com que a função do operário se resuma na monótona repetição de atos sempre iguais, tornando-se, destarte, imprescindível que ele se entregue à prática de atividades diferentes, culturais ou desportivas, a fim de evitar o embrutecimento de sua personalidade, o que viria exterminar seu interesse pela vida. (fl 3)

Nesta citação estão presentes três elementos que permearão todo o discurso de gestação e de justificativa para a criação do SRO. O primeiro tem relação com a presença da ordem médica. Ela se torna visível quando Sússekind se preocupa com a higiene do trabalho e quando apresenta um conhecimento específico sobre a relação entre a atividade muscular e a atividade nervosa que, desequilibrada, pode resultar na fadiga. O segundo está ligado aos aspectos mais técnicos da organização da linha de produção, pois se refere a uma excessiva divisão do trabalho e a uma mecanização dos serviços. O terceiro é a preocupação com o modo pelo qual o trabalhador vive seu tempo liberado do trabalho. É certo que os prazeres presentes na vida dos operários eram rejeitados pela nova formatação que se queria imprimir, deste modo, um dos objetivos do SRO seria apresentar atividades diferentes daquelas às quais estavam acostumados de maneira a educar estes sujeitos para as ‘coisas sensíveis’, pois na perspectiva estatal, são nelas que estão situados os interesses pela vida. Serestas, bailes familiares, mafuás, bares e passeios, exemplos de formas de sociabilidade lúdica dos operários, não eram considerados educadores de sensibilidades e, portanto, deveriam ser substituídos por outros mais adequados aos objetivos que se queria atingir.

Em conjunto estes três aspectos se relacionam às representações que se busca consolidar relativas ao operário, ao empregador e à nação. Um trabalhador fatigado produz menos e uma menor produção gera poucos lucros para o empregador e traz obstáculos para o desenvolvimento do país. Daí ser um dever do Estado intervir nas relações de trabalho e, além disso, intervir nos momentos

do não-trabalho. Era necessário garantir que o trabalhador estivesse sempre sob o olhar estatal, de modo a assegurar que sua trajetória de vida fosse pautada por ações adequadas à moral que se pretendia consolidar e aos deveres para com a construção da nação na perspectiva estabelecida pela ideologia do Estado Novo.

Neste sentido, o Estado deveria garantir que o operário não passasse suas horas de não-trabalho entediado e/ou buscando distrações com prazeres baratos, atividades consideradas perniciosas ou supostamente prejudiciais, posto que eram os que se encontravam ao alcance de seu bolso. O reconhecimento do valor pago ao trabalho não era suficiente para possibilitar o curso de outro tipo de experiência cultural. Trata-se, portanto, da defesa de uma ação compensatória do Estado, preventiva, de modo a proteger o trabalhador (e seu empregador) dos 'desvios' que poderiam ocorrer no uso do tempo livre. O repouso concedido por lei deveria ser mais um momento no qual a ação do Estado se fizesse sentir ao proporcionar uma recreação sadia e gratuita aos trabalhadores. Só assim este repouso alcançaria sua real finalidade social e biológica, isto é, trabalhadores enquadrados em uma nova moral lúdica, fisicamente saudáveis e produtivos, em correspondência com os valores da época.

Mais uma vez justifica-se a iniciativa aliando-se aspectos técnicos, morais e médicos, tendo como pano de fundo o aumento da produtividade compreendido como condição para o progresso da Nação. Na sustentação deste raciocínio a ordem médica, mais uma vez, adquire visibilidade, sinal de sua presença como argumento de autoridade:

Porque somente com o alimento do espírito e o retemperamento das energias físicas poderá o operário reabilitar os seus músculos e revigorar seu sistema nervoso. Do contrário, os fenômenos patológicos produzidos pela fadiga concorrerão para destruir seu organismo, torná-lo um eterno exaltado¹⁹, exterminar-lhe a alegria de viver e de trabalhar, aumentar o número de acidentes, prejudicar a execução do serviço, reduzir o rendimento do trabalho, criando, enfim, uma série de males sociais que tanto afligem àqueles que crêem no surgimento de um mundo melhor. (fl.3)

Mundo melhor cujo alcance estava associado ao rendimento máximo da força de trabalho. Para tanto, há que se prever a jornada de trabalho máxima, e o tempo de descanso, diário e semanal, mas não qualquer descanso. Era fundamental que se buscasse ordenar o tempo de repouso do operário, pois se acreditava que condições de trabalho nocivas levavam-no a buscar distrações perniciosas. A relação estabelecida entre trabalho nocivo e não-trabalho pernicioso era direta e João Lyra Filho²⁰, na condição de jurista, várias vezes citado por Arnaldo

Süssekind, procura normatizar/legislar sobre o trabalho ancorado nos saberes médicos. Duas forças que, agregadas, imprimem tom científico à normalização em curso no que se refere às formas de distribuir e usar o tempo do trabalhador:

O acúmulo de atenção compromete a índole, esteriliza o sentimento, desperta inclinações para o vício, arrasta a vontade de abeberar-se o homem das fontes de recreio aviltadas pela prostituição. Quanto mais intensamente trabalha, maior necessidade de evasão necessita o homem para corrigir os males biológicos inerentes ao trabalho. (João Lyra Filho apud Süssekind, 1946, fl. 3)

Nesta perspectiva, o dever do Estado para com o trabalhador constituía-se em um direito do operário ligado à dignidade da pessoa humana. Na busca de ampliar o leque dos argumentos, Süssekind cita a *Carta da Filadélfia* de 1944²¹, resultante da Conferência Internacional do Trabalho²², para confirmar sua crença no surgimento de um novo tempo para o trabalho e para o trabalhador. Se aquele se torna progressivamente mais higiênico e estruturado por conhecimentos técnicos, este, em contrapartida, deveria ter o direito de estar bem material e espiritualmente, o que significa que deveriam ser garantidos pela ação estatal uma “*alimentação adequada, habitação, recreio e cultura*”²³. Cabe observar, entretanto, que em depoimento concedido aos pesquisadores do CPDOC em 1983, José de Segadas Viana²⁴ afirmou que o Brasil não cumpria muitas das resoluções que assinava nestas Conferências.

2 O REPOUSO OBRIGATÓRIO E O APROVEITAMENTO DAS HORAS DE LAZER DO OPERÁRIO

Neste item Süssekind reconhece que a redução da jornada de trabalho foi uma conquista dos trabalhadores, tecendo críticas ao liberalismo por levá-los à “*escravização social e econômica*” (fl. 4).

Podemos encontrar exemplos de jornadas excessivas de trabalho em indústrias nos documentos selecionados por Pinheiro e Hall²⁵. Na fábrica de fósforos situada na Rua Eugênia, no subúrbio do Engenho de Dentro, no Distrito Federal, segundo o jornal *A Vanguarda*, em 1911, os operários entravam às seis horas da manhã e saíam às seis horas da tarde²⁶. Nas fábricas de tecido das cidades de São Paulo e de Santos, de acordo com o relatório do chefe da seção de informações do Departamento Estadual do Trabalho, do governo de São Paulo, em 1912, a jornada diária de trabalho variava entre oito e doze horas, começando às cinco e meia ou seis horas da manhã e terminando às cinco ou seis da tarde²⁷.

Em seu relatório Süsserkind refuta as teses liberais, lança mão de argumentos retirados da Encíclica *Rerum Novarum*²⁸ e traz a força da ordem religiosa para sua argumentação. Com relação à autoridade da Igreja, Segadas Vianna, em depoimento já citado, asseverou que era uma instituição de muita força à época, sendo bastante respeitadas as suas orientações.

Afirmava que a preocupação com o repouso do operário vinha sendo estudada sob três aspectos que eram: a redução da jornada de trabalho, a obrigatoriedade do descanso semanal e a instituição das férias anuais.

De um modo geral, os argumentos a favor do repouso do operário estão ligados a aspectos materiais da produção quais sejam, a redução do índice de acidentes, a redução do número de doenças causadas pelo esgotamento físico e mental, o aumento do rendimento do trabalho e a preservação da capacidade produtiva do operário. Entretanto, também estão presentes os chamados aspectos espirituais ligados à dignidade da pessoa humana, isto é, ao nível cultural do trabalhador e a valores tais como alegria de viver, alegria no trabalho, solidariedade, e coletividade, que o relator faz questão de ressaltar como imprescindíveis, pois:

não existem nem super-homens nem sub-homens, mas apenas indivíduos que formam uma coletividade. Sem o sentimento de solidariedade não é possível que a felicidade e o progresso marchem irmanados numa Nação. (fl. 5)

Nesta perspectiva, há um cuidado com aspectos emocionais e afetivos que dão suporte aos valores e sentimentos caros ao ideário do Regime, tais como solidariedade e harmonia.

O combate à fadiga – termo que designa a “*desintegração fisiológica do homem*” (fl. 5) ou ainda, o desgaste do organismo – não pode se dever apenas ao fato de ela diminuir o rendimento do trabalho, mas sim, porque:

é fonte de exaltação, extermina a alegria, aumenta os acidentes, enche os hospitais e os hospícios, embrutece a inteligência, estimula o alcoolismo, destrói o organismo e eleva o índice de mortalidade, como resultante dos males sociais que gera. (fl.5)

Em uma relação linear são postos a irritabilidade, a tristeza, os acidentes, as doenças mentais, os vícios e, por fim, a destruição. A fadiga é considerada o grande mal e como dela decorrem os outros, todos os argumentos são utilizados pra justificar seu combate. Tanto os aspectos materiais quanto os espirituais são erigidos com base em conhecimentos e estudos da medicina e suas áreas – fisiologia, neurologia e anatomia, dentre outras.

Nesta perspectiva, uma das conseqüências de tamanho desgaste é a busca do operário por bebidas alcoólicas para suportar o trabalho intenso, o que tem como resultado a geração de filhos fracos e deprimidos. Para o trabalhador intelectual o desgaste nervoso é mais alto do que o muscular. Se para a recomposição do organismo ao nível da musculatura bastam o sono e o alimento, para o intelectual o sono é insuficiente, pois, muitas vezes, o indivíduo continua a trabalhar em sonhos. A fadiga é, então, um grande mal porque traz graves conseqüências para o trabalhador, para o setor produtivo e para o progresso da nação.

É possível perceber que está em construção uma categoria denominada tempo de repouso que possui duas utilidades: serve para recuperar energias visando a produção, mas pretende também assegurar a dignidade da pessoa humana. Há um aspecto ligado à gestão precisa deste tempo que remete, inclusive, à dignidade do trabalhador. Nas justificativas sobre a sua positividade estão presentes valores caros à ideologia do Estado Novo – coletividade, solidariedade, igualdade perante a lei e a garantia da proteção do Estado, que estão relacionados à construção do mito Vargas²⁹ e também, com as reivindicações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e de vida, pois estas ressoavam no Estado que buscava respondê-las.

Esta categoria vem sendo construída a partir dos discursos da medicina, da religião, do direito e de elementos relativos a uma moral que se pretende incutir nos meios operários, valorizada pelas elites da época especialmente no que diz respeito às vivências lúdicas.

A resolução das questões relativas à produção de riquezas é urgente e a fadiga do operário é apontada como um dos principais problemas. Torna-se necessário eliminar os produtos resultantes das reações químicas que ocorrem no organismo fatigado de modo a evitar seu acúmulo. É aí que aparece a importância das horas de repouso administradas de maneiras moral e fisicamente saudáveis. Nas palavras de Süsskind: *“Trabalho, recreação e repouso – eis a fórmula ideal para a existência feliz do homem que produz”* (fl.6).

Os argumentos baseados nos conhecimentos científicos são apresentados como irrefutáveis posto que são técnicos e compreendidos como neutros. A questão operária – condições de trabalho e relações entre patrões e empregados – se reduz a uma questão técnica e como tal deve ser analisada e resolvida. Em paralelo se situa a dignidade do trabalhador que também pode ser alcançada a partir da disposição do Estado de criar as condições de conforto espiritual para o operariado, o que, mesmo envolvendo valores morais, em última instância, é também uma questão técnica. Vejamos estes aspectos nas palavras de Süsskind:

O que a ciência ensina e a experiência comprova é que os desportos ou os exercícios musculares são tão necessários para eliminar a fadiga dos que exercem suas funções com grande atividade cerebral ou em serviços de natureza sedentária, de mero controle de mecanismos, ou, ainda, de monótona e continuada atenção, quanto os sistemas de recreação cultural ou artística são indispensáveis para pôr termo à fadiga dos que empregam suas horas de trabalho em atividades que extenuam os músculos e mantêm impassíveis as funções cerebrais. À recreação cientificamente empregada caberá restaurar o equilíbrio biológico entre o espírito e o corpo. (...) Eis porque ao Estado moderno incumbe o dever de estimular e facilitar o sadio aproveitamento das horas de repouso dos operários, concedendo-lhes meios para que possam beneficiar-se com as atividades recreativas que lhes são indispensáveis afim de que se sintam, assim, realmente integrados na coletividade cujo progresso desenvolvem nas horas de lazer. (fl.6)

Este trecho é interessante, pois condensa algumas justificativas para a criação do SRO e exemplifica a linearidade da argumentação que as fundamentam. Nele estão presentes a força da ciência e da medicina, o valor dos aspectos imateriais na vida cotidiana do operário, a importância e a necessidade de intervenção do Estado no tempo de lazer e as idéias de integração, coletividade e progresso.

3 A INSTITUIÇÃO NO BRASIL DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. SUA ORGANIZAÇÃO. OS CENTROS DE RECREAÇÃO E OS SINDICATOS.

O relator afirma que o SRO foi criado a partir da visita de uma tropa de escoteiros, filhos de trabalhadores pertencentes ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Rio de Janeiro, ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em fins de 1943. Acompanhados do Major Inácio Rolim, ligado ao Conselho de Segurança Nacional, esta era a primeira tropa mantida por um sindicato e tinha o objetivo de “*eleva a cultura física e mental dos filhos dos operários*” (fl.7). O Ministro Marcondes Filho ficou impressionado com este sistema de educação extra-escolar e ordenou que fossem estudadas as possibilidades de criação de um órgão com os mesmos objetivos, de modo a “*estimular e desenvolver o escotismo no meio sindical*” (fl. 7). Das conversas entre Süsskind e Rolim sobre o assunto ficou estabelecido que o órgão a ser criado deveria ter objetivos mais amplos e não se limitar apenas ao escotismo. Deveria difundir e estimular a prática de atividades físicas e culturais dos trabalhadores adultos com vistas ao melhor aproveitamento de suas horas de lazer.

Ainda segundo Sússekind, o Ministro acatou a idéia e publicou a Portaria nº. 52, de 21 de setembro de 1943 que designava a comissão que elaboraria o projeto de criação de um serviço especial, ligado à Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS), com o intuito de difundir as atividades físicas e morais do operariado, facilitando-lhe os meios de recreação. Esta comissão foi formada pelos assistentes técnicos de seu Gabinete, Arnaldo Lopes Sússekind, Evaristo de Moraes Filho³⁰ e Antonio Almeida Manhães e, como representante dos empregados Jelmirez Belo da Conceição.

A recreação era representada como um fator que completaria a obra do Governo no que dizia respeito à proteção e à valorização do trabalhador. Sua função seria fazer com que ele esquecesse as condições de trabalho e pudesse recuperar as energias desenvolvendo, ao mesmo tempo, o espírito associativo, tão caro ao Regime. Deste modo, o Serviço de Recreação Operária foi instituído em dezembro de 1943.

Antes de abordarmos especificamente a criação do Serviço de Recreação Operária, convém apresentarmos o órgão ao qual estava ligado, qual seja, a Comissão Técnica de Orientação Sindical (CTOS).

Ao falar ao povo sobre o sistema sindical brasileiro, Marcondes Filho, em uma de suas palestras semanais proferidas pelo rádio no programa a “*Hora do Brasil*”, no mês de abril de 1945³¹, fez comentários sobre a criação da CTOS. Ao mesmo tempo em que respondia às críticas dos opositores, esclarecia alguns pontos da lei de unicidade sindical³². Afirmava que a sabedoria do Presidente Vargas concebeu a solução dos problemas dos trabalhadores antes que fossem organizadas as desordens sangrentas que tanto sofrimento trouxeram a outros países. Em sua opinião, faltaria aos trabalhadores brasileiros a tradição de vida associativa, o que terminou por gerar a necessidade da tutela do Estado. Nosso sistema sindical, base do sistema trabalhista, surgiu, portanto, da necessidade de se implantar e se consolidar o espírito associativo entre os operários brasileiros. Daí ser forçosa a criação de um órgão como a CTOS.

Com esse argumento, o Ministro buscava alcançar dois objetivos, o primeiro, seria apagar a memória das lutas operárias no período pré-30 e o segundo, seria consolidar a imagem de Vargas como um Chefe de Nação com capacidade de antever os problemas dos trabalhadores, agir para solucioná-los e criar um clima de solidariedade e de compreensão entre as classes sociais antes antagônicas.

Portanto, de modo a compor o conjunto das ações necessárias à tutelar o trabalhador, a Comissão Técnica de Orientação Sindical foi criada pelo Decreto-Lei nº. 5.199, de 16 de janeiro de 1943³³. Tinha por finalidade assistir aos sindicatos estimulando a formação da consciência profissional e do espírito de cooperação necessários ao progresso do país. Seus objetivos eram: promover o desen-

volvimento do espírito sindical; divulgar a orientação governamental relativa à vida sindical; organizar cursos de preparação de trabalhadores para a administração sindical e de especialização e de orientação dos atuais administradores; além de prestar aos sindicatos toda a colaboração que fosse julgada necessária. Diretamente subordinada ao Ministério do Trabalho, era composta por quatro membros, designados pelo referido ministro, e que serviriam, sem prejuízo de suas funções, caso fossem funcionários públicos. José de Segadas Vianna, diretor do Departamento Nacional do Trabalho, foi nomeado seu presidente e os demais componentes foram Helvécio Xavier Lopes, presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; Osvaldo Carijó, diretor da Divisão do Pessoal do Ministério do Trabalho e Fioravanti di Piero, consultor Médico³⁴ do Departamento de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho. Além destes, foram nomeados os primeiros assistentes técnicos da Comissão, Frederico Gomes da Silva, Tito Galvão Marinho, David Haguenuer, Guilhobel Cezar, Odete Gomes da Costa, Aluízio Paiva e Ângelo Martins³⁵. Cada um dos membros da Comissão proferiu certo número de palestras e coube ao ministro Marcondes Filho, a décima conferência cujo título foi “*O Presidente Getúlio Vargas e o Direito Social*”³⁶.

Se confiarmos nos dados fornecidos por Barros Vidal³⁷, o impacto das ações da CTOS foi grande. Segundo este articulista em apenas oito meses de atividade os quadros sociais dos sindicatos tiveram um acréscimo de 15% “*devido ao lento mas eficiente trabalho de doutrinação direta da Comissão sobre os operários nas grandes fábricas e outros centros de atividade*” (p.92).

Para Vianna³⁸ a criação da CTOS e também do SRO fez parte do conjunto de medidas tomadas pelo governo para aproximar os trabalhadores das entidades sindicais de modo a exercer um maior controle sobre eles. Com os sindicatos esvaziados devido à sua conversão em órgãos paralelos do sistema previdenciário e educacional, e tendo à frente lideranças não-representativas afastavam-se das massas trabalhadoras. O Governo, então, tomava para si a tarefa de mobilizar os trabalhadores, organizando campanhas de sindicalização. O objetivo da CTOS era arregimentá-los e educar sua visão para a validade e para a positividade da estrutura sindical do Regime.

No que diz respeito ao SRO, sua fase de instalação se concretizou com a criação do Centro de Recreação da Gávea, a 23 de maio de 1944, data na qual este Centro iniciou suas atividades. Importa ressaltar que o Serviço foi criado no Distrito Federal, mas havia a intenção de expandir suas ações por todo o país. Arnaldo Sússekkind afirma que o Ministro Marcondes Filho declarara que haveria um período inicial de implantação que serviria para a correção de erros e para que fossem feitas as modificações devidas.

De fato houve modificações e o Órgão passou a desenvolver suas atividades através de duas Divisões, quais foram: a Divisão Cultural (DC) e a Divisão de Educação Física (DEFE). A primeira era constituída pelas seções de Biblioteca e Educação de Adultos, de Música e Discoteca e de Cinema e Teatro. A segunda era composta pelas seções de Ginástica e Desportos, de Biologia e de Escotismo. O SRO atuava sob a coordenação de um Presidente (Arnaldo Süsskind), junto ao qual funcionavam uma Secretária e o Conselho Central. Este era o responsável por orientar e aprovar os planos de recreação e era constituído pelo “*Presidente do Serviço, por dois Diretores de Divisão, de um Chefe de Seção e de um representante dos trabalhadores indicado pelas federações sindicais da categoria profissional*”. As atividades eram desenvolvidas principalmente nos Centros de Recreação Operária, nas associações de escotismo para filhos de trabalhadores e nas sedes dos sindicatos profissionais.

Dando mostras da importância deste órgão para o Governo, o Ministro Marcondes Filho presidiu as solenidades de inauguração dos dois Centros de Recreação (CR), da Gávea e o do Méier, bairros de grande densidade operária à época.

O CR da Gávea, instalado na Rua Jardim Botânico, número 638, funcionava as terças e quintas-feiras, das 19h30min às 23h e aos domingos pela manhã. O do Méier funcionava as quartas e sextas-feiras, das 19h30min às 23h e aos domingos das 12h às 19h. Fora instalado inicialmente na rua Dias da Cruz, número 561 e, posteriormente, transferido para a antiga sede de um clube alemão, na situado Rua Aquidaban, número 88.

Segundo o relator, era possível encontrar gratuitamente, “*exibições cinematográficas, biblioteca, discoteca, aulas de canto, jogos de salão, sessões de ginástica, campos de futebol, quadras de voleibol, basquetebol etc*” (fl.9).

Embora no relatório não haja nenhum tipo de indicação sobre como estas atividades eram organizadas, caso os operários e seus familiares tivessem, efetivamente, acesso a todas estas elas, os CRs poderiam se constituir em interessantes centros culturais. Entretanto, vale observar seus horários de funcionamento, pois ambos abriam ao público apenas duas vezes por semana, em noites alternadas e em parte do domingo, o que nos leva a supor que poderia haver somente uma equipe de profissionais a atuar diretamente com os frequentadores. Este tipo de organização também restringe uma participação mais ampliada o que nos leva a refletir sobre os objetivos do governo ao criar o Órgão diante do número de operários que seguramente poderiam participar das atividades oferecidas.

A publicação é ilustrada com vinte e oito fotografias em preto e branco sem qualquer tipo de identificação, logo não é possível determinar quem foram os fotógrafos. Em sua maioria não possuem datas e não é possível saber quem são as pessoas retratadas, com exceção daquelas nas quais aparecem o presidente

Vargas, o ministro Marcondes Filho e Arnaldo Sússekind. Apesar de as legendas que as acompanham serem pouco esclarecedoras podemos fazer algumas apreciações, pois estas fotos são encaradas como documentos que nos apresentam aspectos do passado e que buscam interagir com a ‘fala’ de Sússekind no relatório. Além disso, parece-nos que tinham o objetivo de exercer forte efeito nos possíveis leitores, visto que algumas mostram autoridades importantes em eventos do Órgão, o que não deixa de ser um argumento de força.

Os dois primeiros itens não têm fotos sendo que as três primeiras ilustram o terceiro item do relatório, intitulado “*A instituição no Brasil do Serviço de Recreação Operária. Sua organização. Os Centros de Recreação e os Sindicatos*”. A foto de número um, publicada na página oito, está acompanhada de uma legenda informando que foi tirada em 23 de maio de 1944, dia da instalação do SRO. Foi feita de maneira a mostrar as autoridades presentes e para dar a noção do número de pessoas que compareceram a esta solenidade, pois o salão estava repleto. A presença do Ministro e o fato de a sala estar cheia reforçam a idéia da importância que o Serviço teria ou deveria ter no contexto do MTIC. O público que lotava o espaço está de pé e de costas e, vistos de frente, estão aqueles que supomos serem as autoridades - homens de pé, dispostos lado a lado, sobre uma espécie de palco situado em um plano acima da platéia. Dentre eles é possível identificar o ministro Marcondes Filho e o presidente do Órgão, Arnaldo Lopes Sússekind e, apenas uma delas é um homem negro. Podemos inferir que as demais autoridades presentes fossem ligadas aos sindicatos, à Comissão Técnica de Orientação Sindical e ao próprio Serviço de Recreação Operária. A maioria da assistência é formada por homens, há poucas mulheres acompanhadas de crianças, todos estão formalmente vestidos, e é possível ver cerca de quinze escoteiros situados à frente, nas primeiras fileiras, bem próximos do palco. Estes foram identificados pelos chapéus que compunham seus uniformes. Na parede ao fundo, *come il faut*, há um retrato de Getúlio Vargas e à esquerda, uma bandeira do Brasil.

A segunda foto tem a legenda “*Filhos de operários na biblioteca do Centro da Gávea*”, retrata seis meninos e foi publicada na página nove. Destes, três estão sentados à mesa, situada próxima a uma estante com alguns volumes, segurando livros abertos, como se os estivessem lendo. Os demais estão de pé ao redor da mesa, sendo que um está mais perto da estante, de frente para o fotógrafo, segurando e olhando para um livro aberto; outro está encostado na mesma estante, de perfil para o fotógrafo, com um braço estendido para o alto, como se fosse pegar um volume e com o outro braço estendido ao longo do corpo. Entretanto, seu rosto está voltado para o menino que está postado à sua frente e que já foi descrito. O terceiro menino está do outro lado da mesa, um pouco mais afas-

tado da estante, mas seu rosto volta-se para ela. De perfil para o fotógrafo, tem o braço que é possível visualizar estendido ao longo do corpo. A impressão geral da foto é a de que os meninos foram orientados para assumirem estas posições, visto que não há naturalidade nas posturas, principalmente nas dos meninos que estão de pé e que não portam livros. Há uma busca de equilíbrio e de harmonia na composição da imagem, pois os que estão de pé, alternam-se com os que estão sentados. Talvez a idéia a ser passada fosse a de que os filhos dos operários tinham acesso aos livros e que havia um local no qual era possível ler e encontrar amigos com os mesmos interesses, tudo isso com tranquilidade e harmonia. Cabe destacar que apenas um dos meninos parece ser negro ou mestiço.

A foto de número três, publicada na página 10, mostra dezenove meninos, aparentando idades que poderiam variar entre oito de dezesseis anos, muito próximos a um dos lados de uma mesa de ping-pong, dispostos como se estivessem disputando lugar no espaço exíguo, em sua maioria situados de frente para o fotógrafo. Só aparece um dos jogadores, os demais dezoito meninos amontoam-se ao seu lado, ao longo da metade da mesa. O jogador, com aparência de ter dezesseis anos, segura a raquete, apoiando-a na mesa na posição vertical, como se estivesse pronto para receber a bola, pois olha para a frente, na direção do adversário que não é possível visualizar. A impressão de que poderia ser um flagrante do jogo se desfaz na medida em que seria impossível ao jogador efetuar as jogadas tendo a seu lado, os outros praticamente colados em seu braço. Outra pista que nos leva a concluir que a foto foi posada é a de que alguns garotos olham diretamente para a câmera fotográfica, enquanto outros olham para a mesa como se estivessem assistindo à partida e todos estão de boca fechada. Não há nada que demonstre que alguém está falando. Sua aparência, de um modo geral é limpa e bem cuidada, em sua maioria estão penteados, alguns até com os cabelos fixados com gel ou algo parecido e dois meninos usam chapéus. Um está boné, parece ter oito anos e aparece colado à lateral da mesa. O segundo, meio encoberto por outro à sua frente, é mais alto e está de bibico³⁹, o que pode indicar que pertenceria a alguma tropa escoteira. Apenas um dos meninos parece ser mestiço. Nas fotos dois e três, os garotos estão com o mesmo tipo de roupa. Camisas claras, abotoadas à frente, mas não é possível observar, em todos, se usam calças compridas ou curtas.

Para finalizar retomamos a hipótese de que o Serviço de Recreação Operária comportava vários objetivos e que atuou ativamente na direção de alcançá-los. Tendo à frente um profissional dedicado como Arnaldo Sússekind e, no horizonte, as questões ligadas à produção, buscou intervir no tempo do não-trabalho partindo do que já era apreciado e fruído pelos operários e apresentando novas possibilidades de vivências lúdicas moralmente mais adequadas. Sua criação e

sua metodologia reforçam a idéia de que os trabalhadores não se submetiam passivamente aos ditames do Poder e, embora tenhamos apresentado e analisado, ainda que de modo resumido, apenas três dos dez itens da publicação esperamos ter conseguido expor alguns aspectos da relação Governo-trabalhadores no que se refere ao valioso tempo do não-trabalho.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ Professora da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, membro do Grupo de Pesquisa ANIMA/UFRJ. Doutorado em Educação, em andamento, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. labretass@hotmail.com

² BAKHTIN, Mikhail. A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. 5ed. HUCITEC, ANNABLUME: São Paulo, 2002.

³ Portaria nº. 68, de 6 de dezembro de 1943. Publicada no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC), nº. 113, janeiro 1944 e no Diário Oficial de 8 de dezembro de 1944.

⁴ WERNECK, Christianne Luce Gomes. Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926 – 1964). 2003. 275p. (Tese de doutorado – Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

⁵ WERNECK, op.cit., p. xi.

⁶ GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005.

⁷ Foi extinto em 1964 por Arnaldo Lopes Sússekind, à época ministro do Trabalho e Previdência Social (WERNECK, op.cit).

⁸ CHARTIER, Roger. À beira da falésia – a história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

⁹ Portaria de 20 de dezembro de 1943, publicada no Diário Oficial de 23 de dezembro de 1943.

¹⁰ GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005.

¹¹ FOUCAULT, Michel. A microfísica do poder. 10ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

¹² SÜSSEKIND, Arnaldo Lopes.

"Trabalho e Recreação: fundamentos, organização e realizações do Serviço de Recreação Operária (SRO)". Rio de Janeiro: MTIC, 1946.

¹³ GOMES, Angela de Castro; PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina de Moraes (orgs.) Arnaldo Sússekind, um construtor do direito do trabalho. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

¹⁴ GOMES, Angela de Castro; PESSANHA, Elina G. da Fonte; MOREL, Regina de Moraes (orgs.) op. cit., Apresentação, s/n.

¹⁵ Decreto-Lei nº. 1.402, de 5 de julho de 1939.

¹⁶ VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 4ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

¹⁷ Vianna, op. cit.

¹⁸ Decreto-Lei nº. 1237, de 1º de maio de 1939.

¹⁹ Nota da autora: No sentido de irritadiço e de humor instável.

²⁰ João Lyra Filho: ex-reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ex-conselheiro do Tribunal de Contas do mesmo Estado e ex-secretário das Finanças do prefeito Ângelo Mendes de Moraes, da cidade do Rio de Janeiro, quando da construção do Estádio do Maracanã para a copa de 1950. Disponível em www.amauta.inf.br, 12/06/2006.

²¹ A chamada "Carta da Filadélfia" é um documento anexo à Constituição da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Refere-se aos fins e objetivos da Organização e foi aprovada na 26ª reunião da Conferência (Filadélfia — 1944). O texto em vigor da Constituição da OIT foi aprovado na 29ª reunião da

Conferência Internacional do Trabalho (Montreal — 1946) A Constituição, assim revista, substituiu a adotada em 1919 e que fora emendada em 1922, 1934 e 1945. Sua vigência teve início em 20 de abril de 1948. Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/info/download/constituicao_oit.pdf, 25/10/2006.

²² A Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial, em 1919. Foro internacional de discussão de temas trabalhistas congrega em estrutura tripartite, governos, empregadores e trabalhadores. A sua Constituição converteu-se na Parte XIII do Tratado de Versalhes do qual o Brasil é signatário. Disponível em www.oitbrasil.org.br, 25/10/2006.

²³ Carta da Filadélfia, item III, alínea I apud Sússekind, 1946, fl. 4.

²⁴ (1906-1991). Advogado; Deputado Constituinte (1946); Deputado Federal – DF (1946-51); Ministro do Trabalho (1951-53); Deputado Federal – DF (1955 e 1956-58). Presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical (1943-44). Participou da Comissão que elaborou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Depoimento dado a Angela Maria de Castro Gomes; Valentina da Rocha Lima e Plínio de Abreu Ramos, em 1983, Código: E 87. Entrevista realizada no contexto da pesquisa “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”, parte integrante do projeto institucional do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC).

²⁵ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael Hall. A classe operária no Brasil 1889-1930: condições de vida e de trabalho, relações com os Empresários e o Estado. Documentos. Volume II. São Paulo: Brasiliense/Funcamp, 1981.

²⁶ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael Hall. op.cit., p. 58.

²⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael Hall. op.cit., p. 60.

²⁸ Rerum Novarum, encíclica do Papa Leão XIII “sobre a condição dos operários”, defendeu o dever do Estado em garantir os direitos dos trabalhadores. Disponível em www.montfort.org.br, 25/10/2006.

²⁹ GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. 3 ed. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2005.

³⁰ Nasceu no Rio de Janeiro a 5 de julho de 1914. É Professor Emérito da UFRJ e membro da Academia Brasileira de Letras. Integrou diversas instituições relacionadas com o Direito do Trabalho, foi Procurador da Justiça do Trabalho, lecionou Direito do Trabalho no Instituto de Iniciação Profissional, Sociologia na Faculdade Nacional de Filosofia, Direito Industrial e Legislação do Trabalho na Faculdade Nacional de Direito. Faz parte de diversas instituições culturais brasileiras e estrangeiras. Possui, entre outras, as medalhas Rui Barbosa, Clóvis Beviláqua, Mérito do Trabalho, Teixeira de Freitas e do Mérito da Magistratura. Disponível em <http://www.biblio.com.br/conteudo/biografias/evaristodemoraes.htm>, 21/10/2006.

³¹ Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (BMTIC), nº. 129, maio 1945.

³² Decreto-Lei nº. 1402, de 5 de julho de 1939.

³³ Revista Cultura Política, nº. 26, abril 1943.

³⁴ É interessante atentar para a presença deste último integrante, ela denota a participação de uma força política – a ordem médica - que concorre para a conformação de uma visão específica de lazer operário como estamos comentando.

³⁵ Revista Cultura Política, nº. 37, fevereiro de 1944.

³⁶ Revista Cultura Política, op.cit., p.87.

³⁷ Escritor e jornalista, secretário do jornal

“A Manhã”, autor do artigo publicado na revista Cultura Política, nº. 37, fevereiro 1944, intitulado “A sindicalização no Brasil”, do qual retiramos estas informações.

³⁸ Vianna, op.cit.

³⁹ Gorro de soldado, de costura única, e reta em cima, fazendo dois bicos, um à frente e outro atrás.